

## Alesp discute criminalização dos movimentos sociais nas universidades estaduais paulistas

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) realizou, em 27/6, por solicitação das entidades do Fórum das Seis, audiência pública que discutiu a criminalização dos movimentos sindical e estudantil nas universidades estaduais paulistas, bem como o financiamento dessas instituições públicas. “Não podemos admitir processos como esses de expulsão de alunos. Imagine o trauma que isso vai criar, com expulsões sumárias como se fosse um criminoso, um bandido sendo banido da universidade que é o espaço da democracia”, declarou o deputado Simão Pedro (PT), que presidiu a mesa, ao abrir a audiência.

Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado do Sintusp, lembrou que “para tirar Fernando Henrique, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, tiveram que usar o AI-5”, porque a comunidade acadêmica se negou a fazer um processo administrativo. “A USP não teve um aluno expulso com base no Decreto 477 na época da Ditadura, e no entanto, hoje meu escritório de advocacia tem sob sua responsabilidade 23 processos administrativos disciplinares, 18 ações cíveis em que a Reitoria busca indenização do Sintusp e 23 ações criminais contra os dirigentes do sindicato”. Ressaltou, também, não existir no mundo jurídico livro de direito “que estabeleça a hipótese de abertura de um processo administrativo disciplinar com base em boletim de ocorrência, isso é uma novidade do reitor Rodas”.

A deputada Leci Brandão (PCdoB) lembrou que as universida-

des paulistas relutam em implementar cotas. “Não dá para entender como uma Reitoria não consegue aceitar a liberdade de seus funcionários, de seus alunos e também se recusa a aceitar as cotas, que o Supremo aprovou e que a USP não aceita”. O deputado Carlos Giannazi (PSOL) questionou o critério de escolha do atual reitor, já que ele era o segundo da lista tríplice. Mencionou também que Rodas será convidado a esclarecer, em outra audiência pública na Alesp, “indícios” de “improbidade administrativa”.

**Executivo prevalece.** O professor César Minto, vice-presidente da Adusp e da coordenação do Fórum das Seis, comentou que “seguidas vezes as entidades do Fórum trazem aqui argumentos fundamentados sobre a necessidade de mais recursos para a educação, e mesmo tendo conseguido algumas vezes ampliar um pouco esses recursos, depois o governador veta, numa nítida prevalência do executivo sobre o legislativo”.

Felipe Faria, do DCE-Livre da USP, citou a reunião do Conselho

Universitário (Co) de 26/6, na qual foram apresentadas propostas de reforma da estrutura de poder da USP, “que não modificam o caráter anti-democrático da universidade”, além da proposta de um professor de que as eleições de representantes das categorias passem a ser organizadas pela Reitoria. “Ou seja, mais uma tentativa da administração da universidade de cercear a auto-organização dos professores, estudantes e funcionários”.

Magno de Carvalho, representante do Sintusp, comentou que os diversos processos contra os movimentos sindicais têm silenciado os que estão insatisfeitos com a gestão Rodas. “Está criado um clima de terror e o que a gente espera dos deputados é uma intervenção direta. É muito importante que se continue pedindo audiências com o reitor para ele sentir que há uma indignação não só nossa, mas de setores que representam a sociedade”.

**Privatização.** O professor Otaviano Helene (IF-USP) explicou sobre o financiamento das universidades estaduais paulistas.



Daniel Garcia

Pronunciamento da professora Heloisa Borsari na audiência pública de 27/6

Ele apontou a insuficiência de investimentos públicos como causa da privatização dessas instituições: “A soma do orçamento das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza equivale, em média, na última década, a 0,5% do PIB estadual, o que já seria pouco. Entretanto é menor que isso. Grande parte do orçamento das universidades estaduais corresponde ao pagamento de aposentadorias e existe

uma parte destinada a ciência e tecnologia e ensino de pós-graduação. Então, os investimentos em ensino público de graduação no Estado de São Paulo são, grosso modo, da ordem de 0,25% do PIB estadual”.

A professora Heloisa Borsari, presidente da Adusp, destacou a irregularidade dos processos contra os estudantes: “Lá está escrito que você é culpado porque não conseguiu convencer a comissão de que é inocente. A única acusação aos estudantes nos processos é o fato de terem ocupado a Coseas — e a Reitoria propaga para todo mundo que eles estão sendo eliminados porque cometeram crimes, como sumir com documentos. Fala-se isso o tempo todo e repete-se tanto que as pessoas acabam acreditando”.

Ao final, Simão Pedro se comprometeu a cobrar explicações de Rodas em uma audiência pública. “Nós vamos insistir para que ele atenda o convite que foi aprovado. Nós vamos levar esse protesto, exigir a vinda dele. Quem sabe essa vinda possa ser um espaço também de negociação”.

# Greve é forte nas federais, mas o governo não negocia

A greve nas instituições federais de ensino superior completou um mês, sem que o governo Dilma se digne a sentar à mesa de negociações com o Comando Nacional de Greve do Andes-Sindicato Nacional. O Ministério do Planejamento chegou a anunciar que o faria, mas desmarcou reunião prevista para 18/6.

“Intransigência do governo, falta de sensibilidade. Nada foi sinalizado”, comenta o professor Francisco Lacaz, diretor da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Na sua opinião, o governo deve estar apostando na desmobilização que costuma ocorrer num período em que muitos tiram férias. Por isso, esta semana deve registrar mobilização mais intensa e maior tensionamento, bem como crescente unificação com as demais categorias do funcionalismo federal.

Um ato público de protesto realizado em 28/6 na capital paulista, diante da sede regional do Banco Central, reuniu docentes da Unifesp e da Universidade Federal do ABC (UFABC), funcionários do Hospital São Paulo

(hospital-escola da Unifesp), representados nacionalmente pela Fasubra, funcionários do próprio Banco Central (prestes a entrar em greve) e do Judiciário, além de estudantes da UFABC e Unifesp. A professora Lighia B. Matsushigue leu nota de apoio enviada pela Adusp.

A greve é expressiva em todo o país: “atinge quase todas as universidades, das grandes somente a Universidade Federal do Rio Grande do Norte não entrou”, diz Lacaz. Em São Paulo o movimento é firme na Unifesp e conta com a solidariedade dos estudantes dos vários campi. Na UFSCar, onde o campus central não parou, os docentes dos campi de Sorocaba e Araras aderiram à paralisação.

Na UFABC a adesão é grande: “A graduação está toda paralisada e parte significativa da pós-graduação também. Há o apoio massivo dos alunos à greve. Eles, aliás, têm participado intensamente e proposto outras atividades relacionadas à greve”, declara a professora Keila Pinezi, coordenadora do programa de pós-graduação em Ciências Hu-

manas e Sociais. “O conjunto de atividades de greve na UFABC tem sido constituído por aulas e palestras sobre cidadania e movimentos sociais, atos públicos, filmes e debates sobre o movimento grevista na história do ABC paulista”.

**Outros Estados.** Na Universidade Federal do Pará a greve também é intensa, relata a professora Rosaly Britto. “Alguns cursos de pós-graduação prosseguiram com as aulas, o que não chega a ser uma novidade na UFPA. Na graduação pode-se dizer que a paralisação é quase total. Uma rápida passagem pelo campus revela isso, pois até mesmo a biblioteca está totalmente paralisada, com um ou dois funcionários sentados em frente à porta semiaberta, apenas para receber as devoluções dos livros emprestados antes da greve”.

Na avaliação de Rosaly, “impera um sentimento de indignação e revolta com o nível de achatamento dos salários, mesmo por parte de setores tradicionalmente resistentes à greve”. Ela cita

dados divulgados pelo Andes-SN, segundo os quais os professores são os profissionais de nível superior mais mal pagos da União, e para cujo ingresso na carreira se exige pós-graduação, o que não acontece com a esmagadora maioria das demais carreiras de nível superior. “Para se ter uma ideia, um escrivão da Polícia Federal, função de nível médio, está doze posições à frente, salarialmente falando, dos professores doutores em regime de 40 horas. Não é um absurdo total?”

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) “está praticamente 100% parada na graduação”, informa a professora Cláudia Lahni. Na pós-graduação a greve é parcial. “Na minha avaliação há um desânimo, por parte de docentes, em função de não sermos atendidas pelo governo. Isso de cancelar negociação por causa da Rio+20 foi péssimo”, critica.

Inúmeras entidades nacionais e mesmo internacionais já se manifestaram em apoio ao movimento e instando o governo federal a abrir negociações efetivas com a categoria em greve. É isso também que a Adusp espera!

## Após violência da PM, reitor da Unifesp reúne-se com estudantes

O reitor da Unifesp, Walter Albertoni, recebeu em 27/6 um grupo de estudantes do campus Guarulhos que, em 14/6, foi palco de mais uma violenta ação de soldados da Polícia Militar. Segundo relatos, a reunião foi demorada e o reitor ouviu atentamente os alunos.

Uma das principais preocupações dos vinte e dois estudantes presos naquela ocasião, e agora processados criminalmente, é que seja retirada a acusação de “formação de quadrilha”. O reitor teria mostrado disposição para fazer gestões nesse sentido. Outras reivindicações, como moradia estudantil e melhor acesso ao transporte coletivo, continuarão em debate. Nova reunião foi marcada para 2/7.

Anteriormente, Albertoni omitiu-se quanto aos acontecimentos em Guarulhos, onde vinha se deteriorando a relação entre estudantes e a coordenação do campus, em razão das precárias condições e de segui-

dos conflitos. Novo protesto, em 14/6, levou a coordenação a chamar a PM. Em reação a vaias e gritos hostis, os soldados praticamente arrancaram uma estudante do local onde se encontrava com os colegas, e depois retiraram-se, lançando bombas de gás e atirando nos outros estudantes com balas de borracha.

“Polícia Militar não combina com educação, com universidade. Nunca deu, não dá e nunca dará certo. Tivemos recentemente na USP casos também lamentáveis. A universidade é o espaço do pensamento livre, da crítica, do debate, do diálogo”, declarou o professor Luís Leduino, pró-reitor de Assuntos Estudantis da Unifesp (*Viomundo*, 17/6).

A Adusp emitiu nota a propósito do incidente, em que “condena o reiterado uso da força, por parte da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, a quem se subordina a PM, contra o movimento social em geral e o movimento estudantil em particular”.

## PNE: Câmara dos Deputados aprova 10% do PIB para a Educação pública!

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisou o projeto do governo para o Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PL nº 8.035/2010) aprovou em 26/6, por unanimidade: “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio”.

O texto aprovado atende, parcialmente, as propostas feitas pelos setores organizados da sociedade civil que defendem a educação pública de qualidade no país, devendo seguir para o Senado.

Considerado o perfil conservador desta casa legislativa, e cientes de que o projeto do governo acena com uma expansão de praticamente 100% das matrículas no ensino superior por meio da adoção das metas do programa “Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (Reuni) — relação estudantes/professor de 18/1 e taxa média de conclusão de cursos de 90% —, valendo-se inclusive do Ensino à Distância (EaD) e do financiamento dos estudantes de graduação e pós-graduação em instituições privadas, alertamos para a necessidade de mobilização em defesa das propostas históricas dos setores organizados da sociedade civil.

É hora de intervir na definição do PNE 2011-2020 no Senado!

# IP realizou colóquio sobre a Comissão da Verdade

O colóquio “Direitos Humanos e Memória: debate sobre a Comissão da Verdade”, realizado em 15/6 no Auditório “Aurora Furtado” do Instituto de Psicologia (IP-USP), contou com a participação de Alípio Freire, jornalista e escritor, Maria Victoria Benevides, professora da Faculdade de Educação, e Vera Paiva, professora do IP, com coordenação de Luís Galeão, professor do IP, e de Fernando Milton Almeida, filósofo e psiquiatra do Laboratório de Estudos do Imaginário (Labi).

O colóquio foi uma iniciativa do Labi, do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA), e do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST), tendo sido divulgado pela Associação de Docentes da USP (Adusp).

Na abertura, Maria Luisa Sandoval Schmidt, professora e coordenadora do Labi, retomou a importância do debate acerca da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e suas congêneres estadual e municipal, que irão levantar os crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar (1964-1985), em contexto histórico de debate pela democratização na universidade e de lançamento de



Manifestação da professora Vera Paiva, entre Almeida, Galeão, Maria Victoria e Alípio

campanha por uma Comissão da Verdade da USP. Relembrou que Aurora Furtado, homenageada na denominação do espaço utilizado no colóquio, foi uma estudante do IP assassinada pelos militares.

Maria Victoria iniciou as exposições dos convidados tratando da justiça de transição frente aos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar; a justiça de transição comportaria os direitos à reparação, à memória e à verdade e à justiça. O papel da reparação caberia à Comissão de Anistia, cabendo à CNV o papel de assegurar o direito à memória e à

verdade, estando em aberto, ainda, como se dará a intervenção do poder Judiciário. A decisão do Supremo Tribunal Federal de perdoar os torturadores, assinalou, foi condenada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A organização e participação de setores da sociedade será fundamental para que se concretizem o direito à memória e à verdade e o direito à justiça.

**Golpe militar.** Alípio Freire recuperou os motivos pelos quais se lutava antes de 1964 e contra os quais o golpe militar se posicionou:

as “reformas de base” como um projeto nacional-desenvolvimentista, recuperando a efervescência, no campo e nas cidades, de um conjunto de reivindicações e conquistas sociais. O que se instaurou depois foi um ataque a qualquer um que fizesse críticas ou contraposição aos ideários defendidos pelo golpe, o que atingiu diferentes grupos sociais: camponeses, nações indígenas, trabalhadores etc.

Vera Paiva falou da necessidade de as novas gerações compreenderem quem eram essas pessoas perseguidas, torturadas e mortas nesse período e as razões que as fizeram lutar. Destacou os modos diversos como se lidou na universidade com a Ditadura (que ela considera ter sido civil-militar), e as posições divergentes ou opostas nesse contexto, tanto as de luta contra o regime ditatorial, como as de apoio às ações dos militares dentro da própria comunidade acadêmica.

No debate com o público, foram abordados diversos outros aspectos, entre os quais a tortura como *modus operandi* da polícia até hoje; os crimes de maio de 2006, cometidos em São Paulo pela polícia; o direito de se rebelar contra qualquer tirano.

## USP terá segurança de presídio. Iluminação? Só em 2013

Novamente por intermédio da mídia, desta vez por matéria publicada em *O Estado de S. Paulo* (4/6), é que a comunidade acadêmica tomou conhecimento de novas medidas de segurança na USP. Guaritas situadas em plataformas elevadas que garantem aos vigilantes visão total nos estacionamentos e cancelas duplas para barrar a circulação de pedestres no período noturno fazem parte do plano elaborado pelo novo superintendente de segurança, o coronel PM Luiz de Castro Júnior.

As torres terão sistema de luz, com holofotes para guiar o usuário até seu veículo, e sistema de som, com alto-falantes espalhados pelo estacionamento para a comunicação entre a torre e o motorista. Entre os estudantes, o sistema está sendo comparado aos utilizados em presídios de segurança máxima.

A princípio, as cancelas funcionarão somente no período noturno, como uma barreira dupla. A segunda cancela só é liberada após o registro de identificação da pessoa. Atualmente, apenas quem possui carteirinha USP pode entrar no campus após as 22 horas, porém Castro Júnior não descartará mudanças. “Quanto ao tipo de trabalho já executado, não temos nenhuma orientação diferente das já existentes. Estaremos verificando as necessidades para, se for o caso, adequarmos condutas em relação à segurança”, disse o superintendente de segurança ao *Informativo Adusp*.

Oficial reformado, mestre e doutor em ciências policiais, Castro Júnior busca se resguardar de eventuais críticas: “Saliento que todas as medidas a serem implementadas serão de ordem técnica, de acordo com as necessidades, dentro dos preceitos de transparência, legalidade e aceitabilidade. Vamos construir juntos a cultura de paz”.

**Percepções.** Segundo o coronel, os próximos passos na elaboração do plano de segurança serão desenvolvidos “de acordo com as percepções da comunidade uspiana”. “Estamos em tratativas com o Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP para desenvolvimento de pesquisa que busque identificar aspectos a serem trabalhados”, diz Castro Júnior.

Quanto à iluminação do campus, outra medida prevista para o plano de segurança, a assessoria de imprensa da USP informou que o projeto está em licitação para o início das obras a partir do segundo semestre. “A proposta é de que o novo sistema de iluminação seja instalado gradativamente, com conclusão prevista para abril de 2013, em São Paulo, e junho de 2013, nos outros campi”.

Em maio último, quando se completava o primeiro aniversário do assassinato do estudante Felipe Paiva num estacionamento mal iluminado da Faculdade de Economia e Administração (FEA), o Tribunal de Contas do Estado suspendeu o edital de licitação do sistema de iluminação da USP, por haver fortes indícios de direcionamento (favorecimento a uma determinada empresa). A USP, então, cancelou o edital, mas não há notícia de que tenha aberto sindicância para apurar as suspeitas de direcionamento.

As datas anunciadas pela Reitoria indicam que iluminar adequadamente o campus nunca foi uma prioridade da atual gestão. A implantação gradual da iluminação só terminará quase dois anos após o crime ocorrido na FEA, utilizado pela Reitoria para “justificar” a presença permanente da PM no campus.

# Estudantes e docentes da FAU barram curso pago da FIA

Um curso pago de especialização que seria promovido em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA) teve seu processo arquivado depois de encontrar forte resistência da representação discente e causar protestos de docentes. Caso fosse aprovado, custaria a cada um de seus 40 alunos, ao longo de dois anos, R\$ 28.440. A receita prevista, portanto, era de R\$ 1.137.600. Deste montante, a FIA receberia pelo menos R\$ 180 mil, sem contar a remuneração dos docentes a ela ligados.

O projeto atribuída a coordenação do curso “Gestão de Empreendimentos Habitacionais Sustentáveis” (Cehabs) ao professor Marcelo Roméro, diretor da FAU. O *Informativo Adusp* enviou mensagem eletrônica ao professor Roméro, indagando sobre o conflito de interesses que o caso envolvia. Em 27/6, o diretor da FAU comunicou, em lacônica resposta: “Quanto ao processo do referido curso, encaminhado à análise da

CCEU/FAUUSP, já solicitei a sua devolução para arquivamento.”

O curso seria ministrado por professores da FAU, da Faculdade de Economia e Administração, da Escola Politécnica e por especialistas externos à USP. A FIA, entidade privada, seria a realizadora do curso, cabendo a ela gerir os recursos, fazer as inscrições e a seleção dos alunos.

A representação discente na Comissão de Cultura e Extensão (CCEU) conseguiu adiar a decisão sobre o curso, na reunião de 21/6. “Somos contrários à cobrança de mensalidades em cursos de especialização de instituições públicas como a USP: a igualdade de acesso ao conhecimento é um dos fundamentos do ensino público, como descrito no artigo 206 da Constituição Federal”, afirma documento distribuído pela representação. “Os cursos de especialização nada mais são do que uma modalidade de ensino, estando inclusive enquadrados pelo MEC como pós graduação *lato sensu*.

“**Carimbo da FAU**”. Os alunos apontam, no seu parecer, falhas do processo. Embora os proponentes aleguem que o curso “foi solicitado pela “Cátedra ONU-Habitat – Cidade Sustentável”, não existe documento que comprove tal pedido. “Como podemos saber se o curso está de acordo com o que foi solicitado pela ONU? Se este pedido não foi analisado pelos pareceres, por que estes invocam tal argumento de autoridade?”, indaga o documento.

De acordo com membros da CCEU, o Cehabs já era oferecido pela FIA. “Agora tenta-se trazer para a FAU o mesmo curso, que continuará sendo realizado na FIA e administrado pela FIA. Por que conceder o carimbo da FAU a um curso moldado e gerido por outra instituição? Quem se beneficia com isso?”, prossegue a representação discente.

A representação discente aponta, ainda, inconsistência de mérito acadêmico: “Trata-se de uma abordagem da gestão de empre-

endimentos habitacionais sustentáveis pura e simplesmente mercadológica. Conforme foi cunhado na Conferência Rio 92, o conceito de sustentabilidade possui três focos importantes: o econômico, o social e o ambiental. Aqui, no curso em vias de aprovação, encontra-se apenas o viés econômico, sendo o ambiental e social decorrentes dele. Que sustentabilidade é essa? A mais rentável, certamente”.

O documento dos alunos identificou custos que não convencem: “A previsão de gastos referentes a salas e apoio audiovisual é de R\$ 68.750. Qual é a razão de valor tão alto? Por acaso serão comprados novos equipamentos para compor as salas de aula da FIA? R\$ 20.000 para monitores? Quantos são, quem são?” O questionamento se estende aos valores que serão repassados à FIA: “Diz-se que o total de R\$ 180.181,45 é uma contribuição para a FIA somada a impostos. Mas que impostos são esses?”

## A reunião do Co de 26/6

Como previsto, o Conselho Universitário (Co) realizou uma reunião temática em 26/6, com a finalidade de debater “estrutura de poder”. Foram apresentadas e discutidas algumas propostas de reforma dos processos eleitorais de reitor e diretor, como a do professor Renato Janine, da FFLCH, e a do professor Flávio Coelho, diretor do IME. Uma proposta da FMRP elimina o segundo turno.

A professora Lisete Arelaro, diretora da FE, e o professor Adrián Fanjul, representante dos doutores, bem como representantes discentes e de funcionários técnico-administrativos defenderam a realização de eleições diretas para reitor. Todos manifestaram-se reivindicando que seja definido um calendário, com tempo adequado para discussão. O tema deve ser retomado em agosto, quando ocorrerá nova reunião temática do Co.

A Comissão da Reforma Estatutária, criada pela Reitoria, sistematizou um conjunto de propostas de diversas congregações, que precisam agora ser reencaminhadas às unidades. A Adusp considera imprescindível garantir espaço para uma ampla discussão, que não se limite às congregações. Além disso, as mudanças estatutárias devem contemplar não só o processo de eleição para reitor e diretores, mas também a composição dos colegiados, visando a garantir que a Constituição Federal, que prevê a gestão democrática das universidades, seja finalmente cumprida pela USP.

## Perfil da categoria docente

Enviamos a todos os colegas, em abril, um questionário acerca das preocupações relacionadas ao seu trabalho na Universidade. Essa iniciativa constitui a primeira etapa de um processo que visa a aproximar a Adusp do corp o docente. Caso você ainda não tenha respondido e queira fazê-lo, o material está disponível no site da Adusp (<http://goo.gl/hbwif>).

**Queremos conhecer sua opinião!**

## A nova Comissão de Claros...

Como noticiado no *Informativo Adusp* 346, por meio da portaria de número 5.596, de 16/4, o reitor Grandino Rodas passou a presidir a Comissão de Claros Docentes da USP, que analisa as solicitações de reposição e criação de claros apresentadas pelas unidades. Mas, apesar de a portaria haver entrado em vigor na data de sua publicação, parte dos diretores de unidade desconhece a nova configuração da comissão.

Procurada pela reportagem, a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP, preferiu não opinar: “Não sei nada sobre o assunto, nem sabia que a comissão havia mudado”. O mesmo ocorreu com professor Reinaldo Guerreiro, diretor da Faculdade de Economia e Administração: “Não tenho acompanhado de perto esse assunto. Assim fica difícil emitir uma opinião”.

Já o diretor da Escola Politécnica, professor José Roberto Cardoso, avalia positivamente a portaria: “Eu achei muito boa a mudança. A comissão deixou de ser assessora da Reitoria para ser executiva. Agi-

liza a administração”.

A diretora da Faculdade de Saúde Pública, professora Helena Ribeiro, também não faz objeções: “Em princípio, não vejo problemas na sua participação, uma vez que é um colegiado que decide em cima de projetos dos departamentos e unidades após análise criteriosa dos pedidos”.

A portaria 5.596 é descabida, pois o reitor passa a presidir a Comissão de Claros e já preside o Conselho Universitário, colegiado ao qual cabe recurso das decisões da mencionada comissão, o que estabelece conflito de interesses e fere o princípio de independência entre os órgãos de administração.

O *USP Destaques* 63 anunciou que a nova Comissão de Claros decidiu distribuir 329 cargos de professor doutor para a reposição de cargos vacantes em decorrência de aposentadorias, exonerações ou falecimentos, o que sem dúvida é muito positivo. Coincidência ou não, os dirigentes receberam das mãos do próprio reitor os ofícios com as informações sobre a distribuição de cargos aos departamentos.